

O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva

Cláudia S. da Cunha Ribas*
Paula Ziviani**

artigo de revisão

RESUMO

Objetiva refletir sobre a necessidade de ampliação das perspectivas do paradigma social da informação, reconhecendo a informação como uma construção social de natureza dinâmica e recontextualizável. Um dos pontos centrais da discussão é o importante papel da informação na conscientização do indivíduo e na construção da cidadania, sendo o acesso à informação um direito do cidadão. Nesse sentido, levantam-se questões referentes às possíveis contribuições do profissional da informação nos processos de inclusão social e digital do país. Para tanto, apontam-se três desafios na atuação deste profissional no contexto de uma sociedade inclusiva: educação a distância, redes sociais e ação cultural. Acredita-se que o desenvolvimento destes é essencial na sociedade contemporânea, dado o constante uso de tecnologias na prestação de serviços educativos; a emergência de um novo conceito para o entendimento de sistemas complexos de organização social; e a importância que a cultura tem assumido frente à estrutura e à organização da sociedade atual.

Palavras-chave

PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO
SOCIEDADE INCLUSIVA
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
REDES SOCIAIS
AÇÃO CULTURAL

* Professora Substituta da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Departamento de Gestão e Tecnologia da Informação. Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Doutoranda em Ciência da Informação pela UFMG.
E-mail: cpcribas@gmail.com

** Pós-Graduação em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA. Mestre em Ciência da Informação pela UFMG.
E-mail: pziviani@gmail.com

I INFORMAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A explosão informacional provocada pelas inovações tecnológicas do século XX, evidenciada a partir da 2ª Guerra Mundial, fez a quantidade de documentos vigentes no mundo ganhar dimensões imensuráveis. Os problemas resultantes dessa explosão estão de um modo geral, diretamente ligados à impossibilidade de controle de produção, recuperação, reconhecimento, tratamento e disponibilização contextualizada do conteúdo imerso nos suportes multiplicáveis. A cada dia inumeráveis textos, nascidos nos mais diferentes meios, são concebidos e divulgados através dos imediatos canais tecnológicos de transmissão de dados.

Neste caos produtivo, o profissional da informação assume um papel estratégico na busca de soluções para a recuperação da informação visando seu acesso. A Ciência da Informação, como aponta Saracevic (1992), nasce como uma área de pesquisa interdisciplinar, intimamente relacionada com a tecnologia e participante ativa da evolução da sociedade da informação.

Segundo Pinheiro (1997), a Ciência da Informação tem dupla raiz: de um lado, a documentação e, de outro, a recuperação da informação. Na primeira, o que importa é o registro do conhecimento científico, a memória intelectual da civilização e, no segundo, as tecnologias de informação. Ciência e tecnologia foram os elementos fertilizadores e propulsores de seu nascimento, fruto do crescimento de equipes científicas, do aumento do número de

cientistas e pesquisadores e da aceleração de pesquisas, além dos desenvolvimentos tecnológicos, esforços decorrentes, sobretudo, da 2ª Guerra Mundial.

É, pois, do conjunto de disciplinas que compõem a Ciência da Informação que pode ser pensada a interdisciplinaridade, isto é, de que forma outros campos do conhecimento contribuem para a Ciência da Informação, com seus conceitos, princípios, técnicas, métodos e teorias e, inversamente, a Ciência da Informação para os demais campos do conhecimento. Em estudos e pesquisas sobre interdisciplinaridade, há o reconhecimento de que a Ciência da Informação incorpora muito mais contribuições de outras áreas do que transfere para essas um corpo de conhecimentos gerados dentro de si mesma. Hoje, o profissional da Ciência da Informação vem buscando transcender a dimensão da recuperação da informação, presente ainda em seu núcleo, e evoluiu incorporando cada vez mais os processos de comunicação humana. Saracevic reflete essa evolução em uma das mais recentes definições de Ciência da Informação como

campo devotado à investigação científica e prática profissional que trata dos problemas de efetiva comunicação de conhecimentos e de registros do conhecimento entre seres humanos, no contexto de usos e necessidades sociais, institucionais e/ou individuais de informação. No tratamento desses problemas tem interesse particular em usufruir, o mais possível, da moderna tecnologia da informação (SARACEVIC, 1992, p.5-27).

Nesse contexto, considerando a importância do papel da informação, da cultura e da tecnologia, o profissional da Ciência da Informação tem como uma de suas preocupações acompanhar as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo referentes às transformações sociais para uma sociedade inclusiva, que, principalmente a partir da década de 1990, são, de certa forma, indubitáveis.

Sob a perspectiva do conceito do objeto desta ciência, Saracevic (1999) considera informação como sinais ou mensagens para decisões, envolvendo processo cognitivo e entendimento resultante da interação mente e texto e, em uma situação conectada a um contexto social. Segundo o autor, Ciência da Informação está preocupada com o sentido mais amplo de informação, pois informação é usada em um contexto e em relação a algumas razões.

Considerando as contribuições em Psicologia e Sociologia, ainda Qvortrup (1993) enfatiza que a informação é uma mudança de estado interna e não algo que existe no ambiente externo. Externamente, existe somente dado; é o sistema que faz a informação. Esta aproximação é considerada uma abordagem construtivista. Nesse sentido, podemos considerar de Qvortrup, no contexto da transformação social, sua ambigüidade sobre a natureza da informação e também duas questões de relacionamento: a primeira da informação em relação ao ambiente social, e a segunda o relacionamento com a mente do receptor.

De acordo com o posicionamento dos autores Paim, Nehmy e Guimarães (1996), a informação não pode ser apenas entendida por meio dos atributos formais do objeto, da potencialidade de interpretação do significado, da mecânica do cérebro, da consciência do indivíduo ou dos princípios e padrões de pensamento e comportamento. Corresse o risco, por um lado, de se focar exageradamente a subjetividade do usuário ou o atendimento a cada desejo seu específico, por outro, o da leitura e provisão da informação alienada em relação aos interesses dos usuários.

Marteletto (2002, p.102) compartilha da mesma opinião quando afirma que

a informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais.

As dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são pré-condições para o entendimento da informação.

Assim, a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais, e aos sujeitos que executam ações. Isto é, a potencialidade de se ver a informação constituída como problema da sociedade, configurado como um fenômeno da ordem da cultura e da humanidade. Prosseguindo na argumentação, Marteletto (1995), numa leitura antropológica da informação, afirma que seu processo de construção como objeto só se complementa quando se levam em conta, concretamente, tanto as estruturas materiais e simbólicas de um dado universo cultural, quanto as relações, práticas e representações dos sujeitos, cada vez mais mediadas por um modo informacional e competente de ser e estar em sociedade. Portanto, aspectos sobre por que a informação é importante e a contribuição do

profissional da informação na transformação social devem ser incorporados ao processo investigatório e podem contribuir para uma sociedade inclusiva, de forma a privilegiar cada vez mais o aspecto humano, analisando questões relacionadas aos usuários no processo de busca e uso da informação.

Uma vertente de análise que merece destaque é a questão da informação vinculada às “possibilidades de cidadania” na sociedade da informação. Como destacado pela autora,

o acesso às informações – em particular as informações sobre as ações governamentais e aquelas a partir das quais os governos tomam decisões – como direito do cidadão inscreveu-se recentemente entre os temas da cidadania (BEMFICA, 1996, p. 9).

Neste tocante, diante dos imensuráveis problemas decorrentes da explosão informacional, este trabalho enxerga a necessidade de ampliação das perspectivas do paradigma social da informação, reconhecendo, a partir de novas proposições, a informação com uma construção social de natureza dinâmica e recontextualizável. Em um viés mais amplo, como via mediadora para a compreensão, a informação vista como resultado de relações sociais, e não como técnica, poderá contribuir para o debate sobre a contribuição dos profissionais da informação na transformação social do cenário brasileiro.

2 CIDADANIA E INFORMAÇÃO: A CONSCIENTIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

O Brasil surge na história com a “descoberta”, cuja consequência mais importante foi a sua incorporação ao mercado mundial. Sua origem colonial, a princípio, tratava de uma “civilização” transplantada. Foram transplantados tanto os senhores que exploravam o trabalho alheio, quanto os trabalhadores, ou melhor, os escravos. Vindos de fora os recursos humanos, a empresa estabelecida aqui também visava os mercados externos. Condição historicamente, surge no Brasil uma cultura transplantada que reflete essa heterogeneidade – o índio, o negro e o europeu – e vive, até os dias de hoje, as consequências desse árduo processo.

A história dos chamados “direitos de cidadania” no Brasil também não ocorreu diferente. De acordo com Marshall (1967), os três elementos constitutivos dos direitos de cidadania são: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Os

direitos civis garantem ao cidadão as liberdades individuais: igualdade perante a lei, a liberdade, a propriedade; os direitos políticos permitem ao cidadão a participação no exercício do poder político (votar e ser votado, organizar-se em partidos, fazer demonstrações e reivindicações políticas); e os direitos sociais referem-se desde ao direito a um bem-estar mínimo e segurança até o direito de participar na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Nos países em que se gerou a moderna democracia, como, por exemplo, a Inglaterra, esses direitos surgiram sequencialmente: em primeiro lugar os direitos civis; com base na posse dos direitos civis, foram reivindicados os direitos políticos; e, finalmente, conquistados os direitos políticos, e através deles conseguida a participação no poder, foram implantados os direitos sociais, tais como a regulamentação do trabalho, o seguro-desemprego, a pensão, a aposentadoria etc. Primeiro, a consciência e convicção de ser livre, e, em seguida, a existência de uma justiça que protegesse essa liberdade. O passo seguinte seria reclamar pelos direitos sociais. O exercício de um leva a conquista do outro, a solidez do sentimento democrático. A cidadania foi uma construção lenta da própria população, uma experiência vivida, tornou-se um sólido valor coletivo.

Entretanto, no que diz respeito ao Brasil, mais uma vez recebemos os direitos políticos transplantados na forma como apareciam nas principais constituições liberais européias da época, havendo como consequência um maior desenvolvimento dos direitos políticos em relação aos direitos civis. Em 1824, a Constituição Imperial registrou, de uma vez, os direitos civis e políticos, que surgiram, pelo ato de fundação da nacionalidade, quase sem luta, numa transição pacífica do regime colonial para a vida independente. Dessa forma, como afirma Carvalho:

a existência dos direitos políticos sem o prévio desenvolvimento de direitos civis, da convicção cívica da liberdade individual e dos limites do poder do Estado, redundam num exercício falho da cidadania (CARVALHO, 1992, p.98).

Existe hoje uma tendência da humanidade em difundir o debate mundial sobre os direitos do homem. Não se sabe ao certo se esta tomada de posição é devida à consciência que se forma nos indivíduos e na sociedade em torno dos direitos ou à própria violação desses direitos. Sendo um ou outro, sabe-se que a discussão veio para ficar e se faz

presente na maioria dos debates políticos da sociedade contemporânea. A proteção dos direitos do homem é a base das constituições democráticas e a Ciência da Informação se insere fortemente nesta discussão, já que o direito à informação é um de seus objetos de pesquisa e está incluído no contexto dos chamados “direitos difusos”, consistindo num direito civil, político e social a um só tempo.

Nesse sentido, o acesso à informação é condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania, um pré-requisito para os direitos civis, políticos e sociais, uma vez que é por meio da conscientização desses direitos, pela tomada de consciência dos indivíduos, que o Brasil conseguirá se tornar uma sociedade mais inclusiva.

Pessoas pouco informadas se vêem frequentemente privadas dos seus direitos, porque lhes falta o poder para o seu exercício. O acesso à informação é um direito que temos, como o acesso à justiça, e deveria ser assegurado gratuitamente como outros serviços públicos (UNESCO, 1995, p.280-282).

Entende-se aqui direito à informação não apenas sob a perspectiva da dimensão do governo, em que o Estado ideal consistiria numa série de dispositivos legais que assegurassem o acesso de qualquer pessoa a dados sobre si mesma que tenham sido coletados e estejam armazenados em banco de dados governamentais, bem como informações sobre o próprio governo. Pretende-se propor aqui uma abordagem mais ampla, que toma o direito à informação como o direito de acesso à cultura, à educação, à formação, que está para além do seu caráter legal e político, e sim “uma radicalização de significado e uma ampliação de escopo que têm a ver com a própria complexificação do papel da informação e das tecnologias de informática e telecomunicações em nossas sociedades”¹.

A construção da cidadania é um processo histórico de longa maturação, mas tem início na preservação da esfera individual de arbítrio e de liberdade dos sujeitos, e na tomada de consciência dos indivíduos, pois obter informação é uma condição para que os indivíduos se posicionem em igualdade de condições na disputa de recursos, acesso aos serviços sociais, constituição do governo e controle social.

Dentro da perspectiva de reconhecimento da prerrogativa de que o acesso à informação é um direito do indivíduo, parte-se para o provimento de meios e condições para a efetivação desse acesso. Ou seja, se torna imprescindível a presença do profissional da informação para atuar nos aspectos da produção, organização e uso da informação, visando não apenas o acesso, como a apropriação dessa informação. Para tanto, se faz necessário levar em conta o contexto sócio-cultural de difusão e divulgação da informação, a diversidade de público e, principalmente, a função social da informação. Vale mencionar, então, três possibilidades de contribuição do profissional da Informação para uma sociedade inclusiva, tais como Educação a Distância, Redes Sociais e Ação Cultural.

3 SOCIEDADE INCLUSIVA: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, REDES SOCIAIS E AÇÃO CULTURAL

3.1 A EAD e o profissional da informação

A educação, em seus diversos níveis e modalidades, é uma área privilegiada para compreender e prever os processos que são gerados com a constante aparição de tecnologias e seus respectivos desafios, que devem ser enfrentados em benefício de uma sociedade contemporânea. A tecnologia tem transformado processos e práticas tradicionais da educação e da socialização do conhecimento mediante inovações que têm modificado as formas de produção, distribuição, apropriação, representação, significação e interpretação da informação e do conhecimento. Essas inovações são acompanhadas de uma reestruturação sem precedentes nos modos de produção e consumo e, conseqüentemente, nos processos de formação do homem. A mediação dos processos culturais requer um sujeito com maior competência crítica, habilidade e rapidez não só no acesso às informações, mas na sua seleção, e, sobretudo, na reelaboração dos conhecimentos.

O mundo da comunicação digitalizada formaliza-se com maior agilidade, pois se sustenta na codificação da informação e na comunicação da mensagem por diferentes formas de linguagem. A educação, por sua vez, não prescinde da informação e do processo de comunicação, mas se diferencia destes pelo objetivo de potencializar a construção conceitual, a partir da interpretação da informação e da reelaboração da mensagem, isto é, pelo compromisso com a construção de novos conhecimentos.

¹ <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO2_N2_PDF/ip0202cepik.pdf>.

A partir dos últimos anos do século XX, surge um aumento de propostas educativas sustentadas no modelo da Educação a Distância. Para muitos, a educação a distância representa uma alternativa que permitirá enfrentar a influência da globalização e a constante aparição e uso de tecnologias na prestação de serviços educativos. Atualmente, a educação a distância tende ao uso crescente de tecnologias para oferecer aos sujeitos do ato educativo um modelo de gestão centrado na comunicação e na aprendizagem. Isto implica fomentar o estudo independente e grupal, a interação acadêmica entre os atores da aprendizagem e a utilização de diversos canais de comunicação, entre os quais predomina a internet, que facilita tal comunicação e abrange uma tendência em direção a geração de cenários virtuais de aprendizagem.

Portanto, torna-se necessário incorporar, dentre as preocupações presentes para o profissional da informação, as questões da elaboração dos conteúdos informacionais, da diversidade cultural e lingüística e as modificações que têm lugar na “forma de viver e trabalhar” dos brasileiros. Alguns aspectos qualitativos precisam ser observados e questionados, tais como: o processo da transposição do conteúdo apropriado ao aluno, isto é, do documento à informação; o processo de acesso e transmissão da informação; o processo comunicacional colocado a serviço do usuário final e o processo cognitivo do usuário final.

Essas preocupações constituem alguns aspectos importantes na Ciência da Informação no âmbito da responsabilidade social, provocando-nos a refletir sobre a necessidade de pensar e estimular a viabilidade de conteúdos informacionais a distância que promovam a formação intelectual e cultural do indivíduo, isto é, conteúdos culturais de qualidade, de interesse público e com valor agregado, capazes de promover o desenvolvimento social, político e cultural da coletividade.

Os novos perfis profissionais privilegiam, ainda, a interatividade, a flexibilidade e o aprendizado contínuo. Assim, estes profissionais devem ser capazes de operacionalizar seus saberes, de modo integrado as suas aptidões e vivências culturais. Essas novas demandas, advindas da sociedade em que vivemos hoje, também conhecida como “sociedade informacional”, requerem mentes questionadoras e imaginativas que devem ser cultivadas através de uma “educação adequada e permanente, que prepare os indivíduos para lidar com as transformações e as diversidades tecnológicas,

econômicas e culturais” (CUNHA; SILVA, 2002, p.80). A globalização e a influência de novas tecnologias de informação e comunicação no processo educacional fazem emergir a modalidade de Educação a Distância como uma proposta de investigação que permitirá identificar, discutir, caracterizar e analisar a questão do papel do profissional da informação.

Os cursos de Biblioteconomia, em nível de graduação e de pós-graduação, e as entidades de classe, devem assumir as novas tendências da área de Informação e se organizar dentro da perspectiva de interdisciplinaridade e de atualização constante com vistas a um novo perfil do profissional da Informação. A tecnologia aplicada à informação muda tão rapidamente que a atualização do conhecimento torna-se necessária, mesmo para os profissionais considerados mais competentes. Segundo Cunha (2000), a substituição dos paradigmas tradicionais das profissões da informação como consequência do impacto das novas tecnologias sobre o processamento, a transmissão, a organização e o acesso à informação, a ubiqüidade da informação disponível e seu acesso virtual – tudo contribui para repensar competências, habilidades e estratégias de formação para um exercício profissional satisfatório.

Guimarães (2000) relata a preocupação brasileira, em termos institucionalizados, no tocante à formação do profissional na área de Biblioteconomia. O autor procura, a título de reflexão, apontar alguns aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) especificamente para a formação do profissional da informação. Segundo Levacov *et al.* (2002), o profissional da Ciência da Informação, especialmente nesta última década, está sendo atingido por uma exigência crescente de conhecer, utilizar e administrar habilidades e recursos próprios das Novas Tecnologias da Informação: *hardware* e *softwares* diversos, diferentes tipos de redes de informação e seus respectivos protocolos, e produtos como catálogos eletrônicos *on* e *offline*, bases de dados hipertextuais, etc.

No México, a criação de modelos educativos para a Educação a Distância tem sido apontada como uma alternativa para facilitar aos indivíduos a oportunidade de acessar programas educativos, conforme suas características profissionais. A recente aparição de propostas educativas a distância tem levantado várias questões em torno da construção de modelos educativos que incluam a convergência de tecnologias da informação, exigindo análises profun-

das de dois aspectos: a definição teórica do modelo e a forma de construir aplicações didáticas. A partir destas considerações, Lafuente López e Garduño Vera (1999) abordam alguns aspectos relativos à construção de meios didáticos para a educação a distância desde a perspectiva do construtivismo, com a intenção de analisar tópicos particulares da educação a distância sobre temas vinculados à Biblioteconomia e Estudos da Informação.

De acordo com Bohn (1999), os serviços que a sociedade demanda do profissional de informação têm tomado diferentes direções, devido às necessidades criadas pelas mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Esta situação coloca os profissionais da informação não só em competição com especialistas de outras áreas, como, naturalmente, direciona as áreas da profissão por novos caminhos, e exige do profissional um elenco mais amplo de conhecimentos e competências que o coloquem, em um plano de igualdade, com profissionais de outras áreas.

A necessidade de integrar e desenvolver a modalidade de Educação a Distância como uma alternativa capaz de contribuir para a solução dos problemas históricos presentes de forma recorrente na educação brasileira, permite vislumbrar e investigar as problemáticas, os desafios e as possibilidades de incorporação e as contribuições da Ciência da Informação no campo da Educação a Distância. O desenvolvimento das tecnologias na educação trabalha em prol da inclusão digital dos indivíduos, abrindo um leque de oportunidades, bem como a possibilidade de se organizarem em redes sociais. Nesse sentido, outro ponto que merece ser investigado é a contribuição do profissional da informação nas novas formas de organizações sociais denominadas “redes”.

3.2 Redes sociais e o profissional da informação

Diante da desterritorialização criada pela internet, os contextos atuais se tornaram nômades e sobrevivem em um meio dinâmico de reinterpretações de conceitos, redefinidos conforme as salas ou espaços virtuais e/ou físicos a que adentram. É no ínterim desta transformação contínua, acelerada e situacional que Redes Sociais, como exemplo de princípio estruturado na lógica da atuação (ou prática) das relações sociais, surgem como instrumento teórico para compreensão, descrição e novo paradigma para o processo de

percepção da informação no trânsito social e possibilidade para uma sociedade inclusiva.

O conceito de “redes” surgiu como uma nova linguagem/ferramenta para o entendimento de sistemas complexos, ou seja, uma metáfora utilizada pela contemporaneidade para explicar um modo de organização social emergente da complexidade vivida na sociedade contemporânea.

As redes sociais constituem uma das estratégias subjacentes utilizadas pela sociedade para o compartilhamento da informação e do conhecimento, mediante as relações entre atores que as integram. Através das redes sociais, criam-se conexões abrindo a nossa frente um enorme horizonte de possibilidades. É possível construir formas de organização social inovadoras, baseadas em princípios democráticos, inclusivos, emancipadores e que busquem a sustentabilidade. Podendo ser parcerias, trocas, amizades, afetos, novos valores e formas de convivência, criação de conhecimentos, aprendizados, apoios, diálogos, participação, mobilização, força política, conquistas e muito mais.

Desta forma, organizações, pessoas e grupos de todas as partes, do local ao global, podem somar seus talentos, vocações e recursos em torno de objetivos comuns e fortalecer a ação de todos. A noção de rede é regida por princípios básicos tais como solidariedade, reciprocidade, estratégias políticas de ação e organização e capacidade cognitiva de construção de uma nova narrativa. Castells afirma que

redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, sendo que a proliferação da lógica de rede altera dramaticamente tanto a operação como os resultados dos processos produtivos, de poder e cultura (CASTELLS, 1999, p.442).

Para o autor, é o grau de conexão de cada sociedade que indica, hoje, seu nível de desenvolvimento.

O profissional da informação tem muito a contribuir com os estudos de redes. O fluxo informacional gerado nas redes e as interações entre os atores constituem um aporte relevante para a investigação, que, por sua vez, podem proporcionar oportunidades às autoridades do setor na busca de alternativas que otimizem o funcionamento deste tipo de rede. É importante salientar que estudos desta natureza se justificam a partir da compreensão da existência de transformações em diversas esferas da nossa sociedade, tais como: social, cultural, econômica, tecnológica e política, dentre outras.

Segundo Marteleto (2001) existem duas aplicações claras no estudo das redes: a aplicação está-

tica, que é levada a cabo pelo pesquisador em seu objetivo de melhor entender determinados grupos sociais; e a aplicação dinâmica, que busca desenvolver ações concretas para estas redes.

As tecnologias da comunicação e a intensa fluidez da informação permitiram a consolidação de uma sociedade móvel para quem os limites das fronteiras do Estado-Nação operam em outra lógica. Hoje é possível conduzir e participar de eventos sociais sem estar presente fisicamente, no que se convencionou chamar “pilotagem à distância”. Essa modalidade de participação à distância nos processos sociais deu margens a práticas positivas e de caráter democrático. A ação das redes sociais é, em sua maioria, produtiva, coordenada, faz a democracia funcionar e facilita certas ações dos indivíduos que estão dentro da estrutura social, consistindo num recurso usado para o desenvolvimento e inclusão social que facilita a cooperação voluntária e espontânea.

À medida que o sujeito atua em seu meio, vai criando uma rede de interações formada por um conjunto de nós e ligações entre teorias, conceitos, crenças e idéias, em contínuo processo de elaboração, no qual não há um nó ou entidade fundamental. Trata-se de um conhecimento provisório, transitório, interdependente, inter-relacionado e interdisciplinar, sempre aberto a novos nós e ligações que favorecem “apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais” (MORIN, 2000, p.76). Dentro desta perspectiva, acredita-se que o profissional da informação será um profissional-ícone na sociedade contemporânea se for capaz de acompanhar essas mutações inerentes às práticas e relações sociais.

3.3 Ação cultural e o profissional da informação

A Ciência da Informação, além do seu caráter multi e interdisciplinar que busca a construção do saber comum aliado a diversas áreas do conhecimento, possui como fundamento principal a responsabilidade social de transmitir conhecimento para os que dele necessitam (WERSIG; NEVELLING, 1975). Em especial, a linha de pesquisa *informação, cultura e sociedade* do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais investiga a informação enquanto fenômeno social, abrangendo as inter-relações da informação com as esferas do

Estado, da sociedade civil e da cultura, bem como seus desdobramentos nas sociedades contemporâneas.

As pesquisas direcionadas ao objeto informacional têm se ampliado largamente nos últimos anos, contudo a ausência de um fórum específico de discussão das questões referentes à informação e cultura dentro da Ciência da Informação tem deixado à margem do campo estas abordagens. Acredita-se que a ação cultural se apresenta como uma das direções a se tomar no que diz respeito à Ciência da Informação e, conseqüentemente, ao profissional da informação.

A cultura se encontra no centro de muitas discussões e debates do momento. Sua centralidade na sociedade contemporânea é reconhecida pelo autor, ao afirmar que

a cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação (HALL, 1997, p.17).

A ação cultural diz respeito ao conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural. Ela pode se voltar para cada um dos níveis do sistema cultural, ou seja, pode estar vinculada tanto à produção, distribuição, acesso ou uso dos bens culturais. Dentro de uma visão mais específica, é definida como o “processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura” (COELHO, 2004, p.33), ou seja, é dada como uma aposta, um *start*, sem se preocupar rigorosamente com um fim específico.

Ao propor intervir nos processos de produção, organização e utilização da informação, a Ciência da Informação se vincula aos sistemas culturais formalizados, tais como museus, acervos, bibliotecas, sistemas virtuais, centros culturais etc. Nesse sentido, o profissional da informação está intimamente correlacionado com a organização do processo cultural na sociedade contemporânea, uma vez que manipula questões referentes à preservação de acervos e bens culturais. Os espaços de

trabalho deste profissional são espaços privilegiados de interação social, produção simbólica e circulação de conhecimento, ou seja, produção e disseminação de informação. Seu objetivo primeiro consiste em promover a socialização do conhecimento e da informação, visando o favorecimento de uma sociedade inclusiva.

A construção da dimensão do indivíduo enquanto cidadão se dá em um processo sistemático de formação intelectual e moral adquirido através do conhecimento do mundo, a partir de suas experiências e do convívio em sociedade (linguagem e trocas simbólicas, ou seja, a cultura). Neste tocante, as ações do profissional da informação são imprescindíveis no processo de transformação social, pois medidas de inclusão não são desvinculadas de programas que procurem melhorar a formação do indivíduo, abordando questões de acesso à educação, à cultura, seu direito de memória social e cultural, seu direito de conhecer e obter acesso à informação.

O direito de memória, por exemplo, perpassa por discussões referentes ao uso da informação de cunho cultural, à socialização e acessibilidade dos bens culturais, à preservação e transmissão da memória coletiva registrada em diferentes suportes. Cabe, não apenas aos profissionais da museologia, artistas plásticos, administradores, historiadores, como, principalmente, ao cientista da informação, ao bibliotecário, ao arquivista, ou melhor, profissionais da informação de maneira mais ampla, refletir e atuar criticamente na área de ação cultural e preservação de bens culturais. Estas abordagens envolvem a dimensão da cidadania explicitada anteriormente, quando representam um percurso histórico de uma sociedade, sua identidade, suas práticas sociais, ou seja, uma riqueza informacional a que todos devem ter o acesso garantido.

4 CONCLUSÃO

O artigo consistiu num convite à reflexão crítica a respeito da importância da inserção dos Estudos de Informação no contexto social e cultural, visando um melhor entendimento do papel do profissional da informação na contribuição para uma sociedade inclusiva.

A emergência de novos desafios na "sociedade da informação" levanta a necessidade de renovar o perfil do profissional da informação. As mudanças de uma determinada área da ciência não

devem ser apenas de denominação; é preciso modernizar, incorporar alterações que correspondam com a realidade brasileira. Portanto, o profissional da informação precisa desempenhar também um papel social que promova a cidadania, atuando diretamente na promoção da educação e do bem-estar social.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a atuação do profissional da informação numa sociedade inclusiva deverá acontecer na soma dos indivíduos, reunidos numa coletividade, no sujeito coletivo.

Acredita-se que o processo de formação e qualificação desse profissional pode ser apreendido como uma realidade dinâmica e inacabada, fruto das transformações advindas da contemporaneidade. As competências requeridas para a sua atuação inserida na nova configuração da sociedade são, sobretudo, o conhecimento interdisciplinar, a capacidade de contextualização e conceituação, o domínio de ferramentas e de tecnologias de informação, a gerência, a adaptação ao novo, a flexibilidade, a comunicação, a versatilidade, o relacionamento interpessoal e a consciência coletiva para o trabalho em equipe.

No que se refere à educação a distância e às redes sociais, alguns personagens são responsáveis pela dinamização dos processos ao ocuparem posições estratégicas de organização dos fluxos de informação e da estrutura de comunicação. Assim, propõe-se o desenvolvimento do papel social do profissional da informação na atuação estratégica de disseminação da informação como instrumento e recurso de mobilização nas lutas por melhores condições de vida da sociedade. Dessa forma, entende-se que este profissional desenvolve papel essencial em associações de moradores, lideranças populares e comunitárias, igrejas, conselhos, rádios e jornais comunitários, redes ambientalistas, ou seja, todo e qualquer tipo de rede social que necessita de uma "rede de conhecimentos e de informações".

No que tange à ação cultural, a discussão atual, além das preocupações com a preservação da cultura, atém-se também ao sujeito consumidor cultural. É nesse sentido que se insere o profissional da informação, na medida em que se agrega à atenção excessiva dada a obra de cultura, sua preservação e condições físicas, o interesse de favorecer o pleno acesso intelectual e/ou estético do público a cultura exposta. A atenção voltada para o

usuário amplia o leque de possibilidades de ação desse profissional que se preocupará em criar condições para que as obras sejam entendidas e apreciadas em sua natureza específica, criar condições de fruição e criação artística, garantir o acesso por meio da organização das informações presentes no produto cultural e criar possibilidades de experimentação cultural.

Assim, o papel desse profissional como agente cultural na condução do processo é de alavancar, dar partida a criação, fornecendo condições necessárias para tal. A biblioteca, o arquivo, o centro cultural, o museu, todos os centros de informação de maneira geral se convergem num espaço aberto, de diálogo e troca de informações, deixando de ser apenas um local de consulta para se tornar um espaço de convivência. Acredita-se que ao criar condições para que os indivíduos reflitam criticamente sobre a produção cultural da sociedade o profissional da informação contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva.

A despeito de sua formação técnica, importante e necessária, a ênfase que se pretendeu desen-

volver aqui se relaciona muito mais à formação humanista, intelectual e erudita do profissional da informação que permitirá com que ele atue na dimensão das três propostas apontadas ao longo do texto: educação a distância, redes sociais e ação cultural.

As profissões se desenvolvem como uma resposta às necessidades sociais. Portanto, acredita-se que a nova dinâmica social de fluxos de informação faz emergir na sociedade atual a necessidade de um profissional com amplas competências, abarcando uma gama maior de perfis, com uma fronteira de delimitação difusa. Entende-se dessa forma, uma mudança do foco de discussão dos bibliotecários para os denominados profissionais da informação, considerando a mudança como parte intrínseca de qualquer atividade humana. O fato é que as tecnologias de informação e comunicação revolucionaram as possibilidades de atuação profissional e aparentemente alguns segmentos ainda não perceberam essa transformação de forma clara. Dentro desta perspectiva inovadora é que se inserem as reflexões propostas neste artigo.

THE PROFESSIONAL OF INFORMATION: ways and challenges towards an inclusive society

ABSTRACT

The main goal of the present paper is to consider the needs of perspectives enlargement of the social paradigm of information by recognizing the information as a social construction with a dynamic and an argumentative nature. One of the main points of the discussion is the important role of information in the individual's act of acquiring knowledge and in the development of citizenship by considering the access of information as a right of the citizen. In this direction, questions related to the possible contributions of the professional of information in the process of social and digital inclusion in Brazil are raised. So that, three challenges are pointed out for the professional performance in the context of an inclusive society: Distance Education, Social Networks and Cultural Actions. It is believed that the development of these challenges is essential in the contemporary society due to the following reasons, the constant use of technologies in providing educational services, the appearance of a new concept for an understanding of complex systems of social organization and the importance culture has taken towards the structure and organization of the current society.

Keywords

PROFESSIONAL OF INFORMATION
INCLUSIVE SOCIETY
DISTANCE EDUCATION
SOCIAL NETWORKS
CULTURAL ACTIONS

Artigo recebido em 20.03.2007 e aceito para publicação em 24.05.2007

REFERÊNCIAS

- BEMFICA, Juliana do Couto. Informação e cidadania: notas sobre o direito à informação nos regimes democráticos. In: PBH. *Espaço BH: Trabalho, tecnologia e informação na administração municipal*. Belo Horizonte: PBH, dez.1996. p.5-12.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 219 p.
- BOHN, Maria del Carmen R. O ensino da área de controle sobre a perspectiva da competência: Experiência no Curso de Biblioteconomia da UFSC. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, n.8, 1999. Disponível em <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/sumario.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. Interesses contra a cidadania. In: MATTA, Roberto da *et al.* *Brasileiro, Cidadão?* São Paulo: Cultura, 1992. p.87-125.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1. 698 p.
- CEPIK, Marco. *Direito à informação*: situação legal e desafios. Disponível em <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO2_N2_PDF/ip0202cepik.pdf> Acesso em: 05 fev. 2007.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 2004. 384 p.
- CUNHA, M. V.; SILVA, E. L. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002.
- CUNHA, Miriam Vieira da. A Formação dos Profissionais da Informação na França: comparação com o sistema brasileiro. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org). *O profissional da Informação*: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000.v.11, cap.3, p.71-90. (Coleção Palavra-Chave).
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O Profissional da Informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *O profissional da Informação*: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. v.11, cap. 2, p.53-70. (Coleção Palavra-Chave)
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as evoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 16-46, jul/dez.1997.
- LAFUENTE LÓPEZ, Ramiro; GARDUÑO VERA, Roberto. Enseñanza a distancia de la bibliotecología y estudios de la información. *Investigación Bibliotecológica*, México, v.13, n.27, p.153-179, julio/diciembre 1999.
- LEVACOV, Marília *et al.* O Tesauro Eletrônico do Mundo do Trabalho: produto de um esforço interdisciplinar. *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.3, n.4, 2002. Disponível em:<http://www.dgz.org.br/ago02/F_I_art.htm>. Acesso em: 16 mar. 2007.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.
- MARTELETO, Regina M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p.89-93, 1995.
- _____. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n.1, p. 71-81, 2001.
- _____. Conhecimento e Sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. *O campo da ciência da informação*: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2002. p.101-115.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. 115 p.
- PAIM, Isis; NENMHY, Rosa Quadros; GUIMARÃES, César Geraldo. Problematização do conceito qualidade da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.111-119, 1996.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *A Ciência da Informação entre sombra e luz*: domínio

epistemológico e campo interdisciplinar. 1997, Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

QVORTRUP, L. *The controversy over the concept of information: An overview and a selected and annotated bibliography. Cybernetics and Human Knowing*, v.1, n.4, p.3-24, 1993.

SARACEVIC, Tefko. *Information Science: origin, evolution and relations*. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise, ***Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives. Proceedings of the International Conference held for the celebration of the 20th***

Anniversary of the Department of Information Studies. University of Tampere, Finlândia, 26-28 August 1991. London, Los Angeles: Taylor Graham, p.5-27, 1992.

_____. *Information Science. Journal of the American Society for Information Science*, Washington, DC: n.50, p.1051-1063, 1999.

UNESCO. ***World Information Report***. UNESCO, 1995.

WERSIG, G; NEVELLING, V. *Phenomena of interest to Information Science. Information Scientist*, London: Institute of Information Scientist, v.9, n.4, p.127-140. dez.1975.